



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
17.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 24

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- ✘ [TRADIÇÃO E AUTORIDADE DO STF – O Popular](#)
- ✘ [PARA ANALISTAS, TROCA DE SISTEMA DE GOVERNO É AMBIÇÃO POR MAIS PODER – O Popular](#)
- ✘ [O BRASIL EXIBE PARADOXO DE POUCA CORRUPÇÃO TRIVIAL E ALTA CORRUPÇÃO INSTITUCIONAL – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [RESILIÊNCIA À MUDANÇA CLIMÁTICA TAMBÉM DEVE PARTIR DOS MUNICÍPIOS – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [BOLSONARISTAS SURFAM EM QUEDA DE POPULARIDADE DE LULA, MAS VEEM 2025 DIFÍCIL PARA EX-PRESIDENTE – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [CHEFE MILITAR DOS EUA PREPARA 1ª VISITA AO BRASIL APÓS VITÓRIA DE TRUMP – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [CRONOGRAMA DA REFORMA TRIBUTÁRIA SERÁ CUMPRIDO? – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [OS PRIMEIROS DIAS DE HUGO MOTTA NO COMANDO – O Hoje](#)
- ✘ [DENÚNCIA DA PGR SERÁ APRESENTADA NOS PRÓXIMOS DIAS E DEVE ABALAR O BOLSONARISMO – Correio Braziliense](#)
- ✘ [BRASILEIRO É CONTRA MUDANÇA NA FICHA LIMPA – Correio Braziliense](#)
- ✘ [SENSIBILIDADE E AÇÃO – Correio Braziliense](#)
- ✘ [MOVIMENTO DE AUDITORES DEVE ELEVAR ESTOQUE BILIONÁRIO DE PROCESSOS DO CARE – Valor Econômico](#)
- ✘ [STF ANALISA INCLUSÃO DE TRIBUTOS NO CÁLCULO DO ISS – Valor Econômico](#)
- ✘ [SUPREMO JULGA ADICIONAL DO ICMS – Valor Econômico](#)
- ✘ [A PROTEÇÃO JURÍDICA DOS CREDORES FIDUCIÁRIOS – Valor Econômico](#)
- ✘ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 17.02.2025 – PÁG. 03

Tradição e autoridade do STF

Marco Túlio de Oliveira e Silva

A deliberação coletiva sempre foi a base da autoridade do Supremo Tribunal Federal (STF). Mais do que um procedimento formal, trata-se de uma tradição que garante que suas decisões resultem do confronto de múltiplas perspectivas. A recorrência de decisões individuais rompe essa tradição e compromete a autoridade da Corte. Hans-Georg Gadamer ensina que a tradição não é resquício do passado, mas um horizonte de compreensão que molda as interpretações. Nenhuma leitura ocorre no vazio; todo intérprete traz uma pré-compreensão que influencia sua leitura de um texto.

A decisão colegiada permite que diferentes pré-compreensões se confrontem com o texto constitucional, que também carrega uma tradição interpretativa. Esse processo gera uma fusão de horizontes, enriquecendo a interpretação da Constituição. A deliberação conjunta não é apenas um método, mas uma expressão concreta do direito como um processo coletivo, no qual diferentes visões se encontram e se refinam para que a interpretação seja a mais legítima possível.

O valor da tradição colegiada reside na sua capacidade de assegurar três elementos fundamentais que sustentam a autoridade do Tribunal. O primeiro é a pluralidade interpretativa. O direito constitucional é um campo de interpretação em que diferentes leituras dialogam. O modelo colegiado assegura que a decisão final decorra da fusão de horizontes entre múltiplas perspectivas e o texto constitucional.

O segundo trata da estabilidade e continuidade da jurisprudência. O STF estabelece precedentes que orientam todo o sistema jurídico. A deliberação colegiada assegura a conexão com sua história institucional, evitando fragmentações que comprometam a segurança jurídica. O terceiro diz respeito a confiança pública e autoridade da decisão. A legitimidade das decisões advém da observância da lei e da forma como são construídas. O modelo colegiado garante que elas sejam percebidas como resultado de um processo coletivo, evitando o risco de decisões personalistas.

O abandono da prática colegiada não é apenas uma mudança metodológica, mas uma transformação na própria compreensão do texto constitucional, comprometendo a autoridade institucional do tribunal. O processo decisório colegiado, ao contrário da decisão individual, permite que as pré-compreensões individuais sejam testadas, ajustadas e superadas por meio do diálogo, evitando interpretações unilaterais da Constituição, que é um texto fundamentalmente plural. A tradição, como compreendida por Gadamer, não é um simples vínculo com o passado, mas a estrutura dentro da qual se torna possível compreender e interpretar o presente. O valor da deliberação colegiada não está em sua antiguidade, mas no fato de que ela concretiza de modo plural os valores essenciais do texto constitucional.



A preservação da legitimidade da Corte depende do respeito à tradição colegiada, garantindo que a interpretação constitucional continue sendo um processo de enriquecimento do texto constitucional, e não obra de um de seus membros.

JORNAL – O POPULAR – 17.02.2025 – PÁG. 06

Para analistas, troca de sistema de governo é ambição por mais poder

Especialistas, no entanto, não veem cenário atual favorável para avanço de proposta, mesmo com aceno do novo presidente da Câmara

Gabriel Neves



A proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê a adoção do semipresidencialismo como sistema de governo no Brasil, protocolada na Câmara dos Deputados, no dia 7 de fevereiro, reacendeu o debate sobre a reforma do sistema político brasileiro. Embora ainda precise trilhar um longo caminho para ter aprovação definitiva, a PEC é vista por analistas políticos como a "materialização" de um desejo antigo dos parlamentares por mais poder de comando sobre a máquina pública, mas que os ventos institucionais, neste momento, dada a crise entre os Poderes e a discussão no Supremo Tribunal Federal sobre a

regulação das emendas parlamentares, não estariam favoráveis para que o projeto avance.

De autoria do deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR), a proposta prevê um sistema híbrido que combina elementos do presidencialismo e do parlamentarismo. O texto conseguiu assinaturas de 179 parlamentares, incluindo o novo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e seis integrantes da bancada goiana. Segundo a proposta, o presidente da República seria eleito pelo voto direto e atuaria como chefe de Estado e comandante supremo das Forças Armadas, enquanto o primeiro-ministro, escolhido pelo Congresso, seria o chefe de governo, responsável pela governabilidade, o cuidado com as execuções orçamentárias e as relações com o Congresso Nacional.

"Faz sentido tramitar alguma discussão como essa?", questiona o cientista político Guilherme Carvalho. "Sempre que nós temos alguma espécie de possibilidade de paralisia decisória no Brasil, esse assunto volta. Durante o governo Dilma, isso voltou com muita força porque simplesmente o governo parou. Só que, de lá pra cá, a gente teve uma reorganização das relações entre o Executivo e o Legislativo, que deu ao Legislativo maior prevalência em termos de agenda". Carvalho explica que o sistema político brasileiro já opera, de certa forma, como um "presidencialismo de coalizão" --- lembrando o termo cunhado pelo cientista político Sérgio Abranches para definir o ato de fechar acordos e fazer alianças entre os partidos políticos, em que o presidente precisa negociar constantemente com o Congresso para governar.



CLIPPING

DATA
17.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 24

RESPONSÁVEL
Iris Helena

"O Congresso adquiriu toda uma vantagem em relação ao poder Executivo. Eu diria que nós temos agora um equilíbrio muito maior, por causa desse arranjo de origem que nós temos aí, que é um problema, é muito mais uma gambiarra de um sistema presidencialista dentro de um arranjo parlamentarista", diz. É nesse sentido que o cientista político Itami Campos vê com preocupação o avanço da pauta, levando em consideração o poder que hoje o Congresso já exercer sobre o Orçamento da União. "O custo, vamos dizer, da participação política dos congressistas é muito alto. E nós estamos tendo, inclusive, a discussão agora também lateral dessas verbas que os parlamentares têm, o orçamento secreto", diz. "E preocupa um pouco o custo de uma gestão colegiada, Congresso-Presidente, porque aí eles teriam condições maiores de ganhos."

Haully vem defendendo em entrevistas que o sistema brasileiro "é o pior do mundo". Já Motta indicou ser favorável à discussão da proposta, deixando no ar a chance de pautar a votação do projeto. Contudo, esta não é a primeira vez em que o país discute a possibilidade de se mudar o regime de governo. Ao longo dos últimos 60 anos, em ao menos quatro momentos-chave, o Brasil viu a discussão sobre o semipresidencialismo/parlamentarismo ser reacesa. Um referendo em 1963 e um plebiscito em 1993 rejeitaram a mudança desse regime.

Jorge Mizael, cientista político e especialista pela Universidade de Brasília (UnB), destaca que a PEC tem chances reais de ser aprovada na Câmara, dada a correlação de forças partidárias e o apoio do novo presidente da Casa. No entanto, ele faz a ressalva de que a proposta ainda precisará passar pelo Senado, onde pode enfrentar resistência. "O Legislativo já aprovou várias propostas questionáveis do ponto de vista da constitucionalidade. Essa PEC materializa o interesse antigo dos deputados de comandarem a máquina pública", diz.

O cientista político lembra que há levantamentos feitos por consultorias políticas, como é o caso da Metapolítica Consultoria, que indicam que o tempo médio de tramitação de emendas constitucionais no Brasil é de três anos e oito meses, considerando todas as fases de avaliação (comissões e votações no Parlamento). "Apesar de avaliar que o texto deve ser aprovado na Câmara sem muitas dificuldades, dada a atual correlação de forças partidárias, entendo que os outros poderes não estão plenamente convencidos de que a Câmara exercerá melhor controle governamental em um eventual semipresidencialismo", prevê Mizael. O próprio novo presidente da Câmara tem reiterado em entrevistas que as possíveis mudanças devem ser feitas com "responsabilidade" e que o projeto é pensado a longo prazo. "Penso que a discussão do parlamentarismo deve existir, mas não que isso seja aplicado para 2026, 2030. Discutir reforma eleitoral para a eleição seguinte é muito difícil de aprovar", afirmou Motta em entrevista no dia 4 de fevereiro.

Legalidade

Advogado e especialista em direito constitucional, Juscimar Ribeiro classifica as tentativas anteriores de mudar o sistema de governo, a exemplo do plebiscito de 1993, como "fracassos retumbantes". Para ele, o revés se deu porque o tema encontra apelo sobretudo entre integrantes da classe política, que, diz, "veem no modelo uma forma de fazer rearranjo de forças políticas", mas tem poucos ecos "reais" na sociedade. "Não creio que seja a pauta que a sociedade quer", ressalta. Outro ponto de discussão é a constitucionalidade da proposta. Ribeiro argumenta que a Constituição já ofereceu uma oportunidade de revisão do tema em 1993, e o espaço jurídico para mudanças pode estar fechado atualmente. "Em que pese não ser cláusula pétrea, que não podem ser modificadas em momento algum, nos termos do art. 60, § 4º, da Constituição Federal de 1988, também vislumbro dificuldades jurídicas para uma proposta de semipresidencialismo."

Até chegar ao plenário da Câmara, a PEC do semipresidencialismo tem de percorrer várias etapas. Primeiro, o presidente da Casa deve encaminhá-la para análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se aprovada, será criada uma comissão especial para avaliar o mérito da proposta, com prazo de 40 sessões para votação e 10 sessões para apresentação de emendas. Após passar pela comissão especial, a PEC precisará ser votada em plenário, exigindo 308 votos favoráveis (de 513) em dois turnos para sua aprovação.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 17.02.2025 – PÁG. A3

O Brasil exhibe paradoxo de pouca corrupção trivial e alta corrupção institucional

A porcentagem de brasileiros que declararam ter pago propina (a policiais, fiscais, provedores de serviço etc.) aumentou entre 2011 e 2019

Marcus André Melo

Como mensurar a corrupção em um país? Através de pesquisa de opinião sobre a extensão da corrupção, como muitos alegaram após a divulgação do desempenho pífio do país no Relatório Anual da Transparência Internacional 2025? Elas aferem a centralidade do tema na opinião pública, tema obviamente de grande interesse, mas não a extensão da corrupção real.



Aqui a distinção entre o que a literatura chama de pequena (petty) e de grande (grand) corrupção. A pequena corrupção envolve transações singulares, individualizadas, e não institucionalizadas de pequeno valor; a grande, é institucionalizada, envolvendo burocracias públicas, partidos políticos, estatais, sendo recorrente e de elevado valor.

As pesquisas de vitimização são as mais relevantes sobre a extensão da corrupção. As perguntas relevantes típicas referem-se a se no último ano o/a respondente pagou propina. Há técnicas para mitigar o problema de respostas em temas sensíveis: além do anonimato, a pergunta pode ser feita com referência a tentativas de se cobrar propina em vez de pagamento efetivo. E mesmo aqui há viés. As pessoas têm experiência direta — mas seletiva — apenas da pequena corrupção. Ela vem de sua experiência com a polícia, o serviço de saúde, fiscais, alfândegas, prefeituras. Ela não envolve experiência em participar de licitações, emendas parlamentares, investimentos de fundos de pensão etc. E mesmo esta experiência deve ser calibrada. A opinião sobre quem não usa diretamente um serviço — por exemplo, o SUS — é desconsiderada, ou as respostas ponderadas pela frequência do uso (maior frequência, maior peso).

No caso da grande corrupção — aquela que efetivamente impacta a economia e subverte a democracia ao garantir vantagens aos incumbentes —, os envolvidos são o alto escalão de empresas multinacionais e altos funcionários. Eles são os principais agentes envolvidos e suas respostas são uma das fontes mais importantes. O tamanho das amostras e pesquisas utilizadas — em geral milhares de observações e agregação

de resultados de pesquisas para a maioria dos países— permite que as respostas extremas (outliers) sejam controladas. As opiniões de especialistas que monitoram a corrupção nos países são outra fonte de dados para os índices internacionais utilizados.

A pequena corrupção no país é similar à média da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e à menor da América Latina. A porcentagem de brasileiros que declararam ter pago propina (a policiais, fiscais, provedores de serviço etc.) aumentou de 2011 a 2019. Passou de 4% (12% na Argentina, 21% no Chile e 31% do México) para uma média de 11%. Quanto aos dados sobre "tentativas de obtenção de propina", as mais recentes (2021). As porcentagens de pessoas que responderam positivamente à pergunta "alguma vez nos últimos 12 meses algum funcionário público lhe pediu uma propina" foram de 4.8% (Brasil), 26,2% (México), 19% (Paraguai), 13,9% (Peru) e 7,7% (Argentina). A grande corrupção vem à tona através da exposição pública de casos como o da leniência da Odebrecht, nos EUA, que permitiu comparações sobre a distribuição das propinas entre 11 países na região e a razão entre propina/vantagem obtida. Aqui o Brasil ocupou a segunda razão mais baixa (18%), após a Argentina. Mas em valores absolutos somos o campeão absoluto.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 17.02.2025 – PÁG. A4

Resiliência à mudança climática também deve partir dos municípios

Participação nas políticas é forma de trazer a voz dos cidadãos para elaborar ações direcionadas às necessidades dos bairros onde moram

Osmany Porto de Oliveira

O movimento para adotar planos que combatam os impactos da mudança climática cresce nas cidades do mundo todo. No exterior, Paris, Barcelona e Joanesburgo já adotaram, enquanto no Brasil são exemplos São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. No entanto, a ação climática não está na agenda de muitas cidades brasileiras. Dos municípios com 500 mil habitantes, apenas 16 possuem planos de ação climática. Há um conjunto de capacidades em gestão de políticas públicas que pode favorecer a adoção de planos para o clima.

As capacidades climáticas são diversas: política, técnica, de relacionamento e internacional.



Lideranças políticas comprometidas com o clima podem ser fundamentais para a adoção de um plano. Apesar disso, a capacidade política não é suficiente, pois a formulação de políticas para a mitigação e adaptação requer expertise técnica. Diversas organizações têm auxiliado nessas formulações. Entre elas estão o Iclei, que foi um parceiro do plano de Recife; a C40, que assessorou o de Curitiba; e o WRI, que apoiou o de Campinas (SP). A mudança do clima afeta a população de forma diferente. Pessoas mais vulneráveis podem sofrer mais, como habitantes de bairros com pontos de alagamento, ilhas de calor ou propensão a deslizamentos. Entre as capacidades relacionais estão os dispositivos para inclusão da população na

discussão sobre as políticas climáticas, bem como os meios de comunicação das prefeituras com a sociedade. A participação nas políticas climáticas é uma forma de trazer a voz dos cidadãos para elaborar ações direcionadas às necessidades dos bairros onde moram.

O financiamento para enfrentar as mudanças do clima envolve a busca por recursos ou apoio em organizações internacionais, bancos de desenvolvimento e fundações. Rastrear experiências no exterior também é uma prática frequente para procurar respostas eficientes aos efeitos da mudança do clima. A Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP) é um espaço crucial para captar recursos, compartilhar práticas e construir redes internacionais. O número de cidades brasileiras nas COPs, todavia, ainda é restrito. Na COP de Dubai, representantes de 100 municípios do Brasil foram registrados, enquanto em Baku apenas 29. Desempenhar essas tarefas envolve a capacidade de internacionalização das prefeituras. Entretanto, nem todas as cidades contam com órgãos de relações internacionais para auxiliar na participação em eventos e elaboração de projetos de cooperação.

As capacidades climáticas são importantes para enfrentar o aquecimento global. A distribuição das capacidades climáticas nas cidades brasileiras é desigual. Ainda há pouco debate sobre como essas capacidades podem ser desenvolvidas e como órgãos governamentais, não governamentais e a academia podem auxiliar nesse processo. Diante da urgência que a mudança do clima impõe à sociedade, construir capacidades climáticas nos municípios pode ser um passo fundamental para ampliar sua resiliência e proteger as pessoas e o meio ambiente.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 17.02.2025 – PÁG. A8

Bolsonaristas surfam em queda de popularidade de Lula, mas veem 2025 difícil para ex-presidente

Bolsonaro volta a atacar urnas e TSE, e aliados veem aposta redobrada em atos de rua em busca de anistia

Bruno Ribeiro

Apesar da expectativa de que a pesquisa Datafolha divulgada na sexta-feira (14) impulse a manifestação bolsonarista marcada para 16 de março, auxiliares e aliados de Jair Bolsonaro (PL) avaliam que são baixas as chances de um eventual impeachment de Lula (PT) e veem dificuldades para o ex-presidente neste ano.

A pesquisa mostrou uma queda de 11 pontos em dois meses no percentual de brasileiros que aprovam o governo Lula, de 35% para 24%. A reprovação também é recorde, passando de 34% a 41%. Desde sexta-feira, quando o levantamento foi divulgado, Bolsonaro retomou os ataques ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e às urnas, um tipo de discurso que ele não fazia publicamente havia meses, mas que costuma ressoar entre seus apoiadores. Paralelamente, as redes sociais da extrema direita intensificaram postagens convocando para o protesto do dia 16 de março, amplificado por postagem de Elon Musk, dono do X e integrante do governo de Donald Trump nos Estados Unidos.





CLIPPING

DATA
17.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
8 de 24

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Na noite de sexta-feira (14), o bilionário compartilhou na rede social uma publicação que mencionava o ato. Em entrevista ao canal de YouTube Brazil Talking News neste sábado (15), Bolsonaro disse que vai ao ato e mencionou a pauta do impeachment. "Vai ser o quê? Anistia e as questões nacionais. Outros vão ser impeachment, outros vão ser outro assunto qualquer. Colabore, participe", disse. Os gestos públicos de Bolsonaro nos últimos dias contrastam com a postura que ele vinha adotando até então, com acenos para reduzir tensões com outros agentes políticos e buscar uma solução negociada para sua inelegibilidade. O ex-presidente havia apoiado a eleição do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), que chegou a dizer que os atos do dia 8 de janeiro não foram um "golpe".

Bolsonaro também buscou se reaproximar de antigos desafetos, como Gilberto Kassab, presidente do PSD, cuja bancada poderia ser decisiva em uma votação sobre anistia. No entanto, tanto bolsonaristas quanto políticos do centrão avaliam que uma possível denúncia de Bolsonaro ao STF (Supremo Tribunal Federal) sob acusação de participação na trama golpista no fim de seu mandato deve enfraquecer qualquer tentativa de discutir um projeto de anistia no Congresso. Como antecipou a Folha, há expectativa entre ministros do Supremo de que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, apresente a denúncia nas próximas semanas. A live do ex-presidente neste sábado foi interpretada por um aliado paulista como um sinal de que Bolsonaro aposta na mobilização popular para recuperar seus direitos políticos.

Para este auxiliar, a impopularidade de Lula revelada pelo Datafolha, a expectativa de apoio de Trump (e de seu aliado Elon Musk) e o fechamento da janela para a anistia são três fatores que levam Bolsonaro a se voltar à agitação popular. Segundo a coluna Paineis, o ex-presidente e aliados definiram como mote para os atos marcados para 16 de março "Fora Lula 2026, anistia já", ou seja, sem menção oficial ao impeachment. Contudo outro auxiliar do ex-presidente vê dificuldades para o grupo expandir as manifestações para pautas que vão além dos pedidos de anistia e alcancem setores fora do chamado "bolsonarismo-raiz".

A avaliação é que o derretimento da popularidade de Lula está relacionado a uma frustração de expectativas da população, que esperava da gestão petista um aumento do poder de compra, mas tem convivido com a alta dos preços, uma pauta sem pontos de contato com temas ideológicos. Como o governo já iniciou um "freio de arrumação" e começou a fazer mudanças, esse bolsonarista avalia que ainda há tempo para Lula reverter o cenário de impopularidade. Além disso, sua leitura é que a baixa popularidade, por si só, não seria suficiente para criar condições que levassem a classe política a embarcar em um pedido de impeachment do atual presidente.

Cooperação internacional

No caso dos Estados Unidos, já há um trabalho conjunto de bolsonaristas e trumpistas para fabricar escândalo envolvendo Lula e a administração de Joe Biden. Neste sábado (15), em transmissão ao lado do filho Eduardo (deputado federal pelo PL de São Paulo), o ex-presidente acusou o TSE de ter recebido recursos do exterior para financiar uma campanha voltada a estimular jovens de 16 a 18 anos a tirarem o título de eleitor.

"Eles [TSE] fizeram uma campanha, aí sim, pode ter dinheiro de fora", disse Bolsonaro. Segundo ele, essa faixa etária tem mais eleitores de esquerda, e a campanha do tribunal teria favorecido Lula nas eleições. As afirmações, sem qualquer evidência, ecoam alegações que vêm sendo divulgadas por bolsonaristas e

trumpistas de que a agência americana Usaid financiou a vitória do petista no Brasil durante o governo Joe Biden. O escândalo fabricado se tornou um exemplo eloquente da união da direita populista global sob o novo mandato de Trump.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 17.02.2025 – PÁG. A10

Chefe militar dos EUA prepara 1ª visita ao Brasil após vitória de Trump

Almirante Alvin Holsey adota discurso de boa vizinhança; Defesa brasileira vê bravatas de republicano como inofensivas

César Feitoza



O chefe do Comando Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos, almirante Alvin Holsey, prepara para as próximas semanas sua primeira visita ao Brasil após a posse do presidente Donald Trump. A viagem estava prevista para as primeiras semanas de fevereiro, mas acabou adiada. Ele teria encontros com o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, e com o comandante do Exército, general Tomás Paiva. Autoridades brasileiras e americanas avaliam uma nova data. A vinda de Holsey é tomada por expectativa nas Forças Armadas. O foco é saber como a posse de Trump no governo dos EUA pode impactar a relação entre os setores militares dos dois países.

Holsey já deu mostras de que pretende manter a política de boa vizinhança, com acordos bilaterais para pesquisa e treinamentos militares conjuntos. Esse tem sido o tom dos últimos chefes do Comando Sul dos EUA, como a general Laura Richardson, antecessora do almirante. Em seu discurso de posse, no último dia 7 de novembro, o novo chefe do Comando Sul disse que é importante fortalecer parcerias entre as Forças Armadas americanas e os segmentos militares dos países da América Latina e do Caribe. "O SouthCom [Comando Sul das Forças Armadas dos EUA] está na linha de frente da competição estratégica. E nossos adversários estabeleceram uma presença forte, colocando em risco a segurança e a estabilidade nas Américas. A República Popular da China e a Rússia [...] buscam minar a democracia enquanto ganham poder e influência na região", disse.

A parceria entre os países da região, afirmou Holsey, é o melhor caminho para enfrentar ameaças externas que afetem a segurança e a economia. "Estaremos sempre ao lado de nações que pensam da mesma forma, que compartilham nossos valores, nossa democracia, nosso Estado de direito e os direitos humanos", completou. O Comando Sul americano é o segmento das Forças Armadas responsável por promover atividades conjuntas com os setores militares dos países da América Latina e do Caribe. Uma das principais



CLIPPING

DATA
17.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
10 de 24

RESPONSÁVEL
Iris Helena

preocupações expressas pelos ex-chefes do setor é o avanço da influência da China em países da América do Sul.

Holsey é o primeiro oficial negro a assumir o cargo na história. Ele recebeu o comando de Richardson — primeira mulher a chefiar o Comando Sul americano. A leitura feita por integrantes do Ministério da Defesa e oficiais-generais das Forças Armadas é que a volta de Trump à Casa Branca não deve impactar na relação entre os militares americanos e brasileiros. Nem mesmo os indicativos de que Trump pode causar instabilidade no Canal do Panamá são considerados relevantes por autoridades brasileiras. A aposta é que o presidente americano insiste em bravatas que têm forte apelo político, mas poucos efeitos práticos. Generais do Exército ouvidos pela Folha contam que as principais ameaças de instabilidade nas proximidades ainda são centradas na Venezuela, com movimentações de tropas próximas à fronteira e a crise migratória em Roraima.

Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, na segunda-feira, Mucio disse avaliar que as coisas vão "serenar", citando "essas sanções que ele [Trump] vai impor aos vizinhos, ameaças à China —ele hoje faz ameaças a todo mundo". "Com relação ao Brasil, não [tememos instabilidade]. Nada vai acontecer", completou. A escolha de Alvin Holsey para a chefia do Comando Sul americano foi feita ainda durante a gestão Joe Biden, em decisão interna das Forças Armadas dos EUA. A posse do almirante, porém, coincidiu com o início do governo Trump e a mudança no perfil do comando da Defesa. Trump escolheu Pete Hegseth como secretário de Defesa dos EUA. Ele teve a nomeação aprovada pelo Senado americano pela margem mais estreita possível —51 votos a favor e 50 contra.

O novo secretário é um major da reserva, ex-militar de infantaria da Guarda Nacional. Sua carreira nas Forças Armadas não foi longa nem relevante. Ele se tornou famoso por apresentar programas na Fox News e espalhar a visão trumpista sobre defesa. As primeiras semanas de Hegseth na Defesa foram de foco na guerra cultural. Ele baniu a celebração do mês da História Negra, removeu retratos de seus antecessores e proibiu a entrada de pessoas transgênero nas Forças Armadas. O chefe do Comando Sul, porém, já deu sinais de que deve fugir das pautas trumpistas e investir na boa relação com os países da América do Sul. Não há expectativa de assinatura de acordos bilaterais.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 17.02.2025 – PÁG. A19

Cronograma da reforma tributária será cumprido?

Questões jurídicas, orçamentárias e tecnológicas precisam ser resolvidas; há também o fator político: durante a implementação, passaremos por três mandatos nos níveis federal, estadual e municipal

Há tempo e dinheiro suficiente para garantir a implementação da reforma tributária nos prazos previstos na Constituição? Esse é um questionamento que alguns tributaristas têm feito. Até o momento, foram aprovados a mudança constitucional (EC 132/2023) e o primeiro projeto de regulamentação (LC 214/2025). Mas o caminho ainda é longo e muitas questões jurídicas, orçamentárias e tecnológicas precisam ser resolvidas.

Há também o fator político. Em um período de oito anos de implementação, passaremos por três mandatos nos níveis federal, estadual e municipal, com mudanças também na composição do Congresso Nacional. A reforma tributária começa a ser implantada em fase de teste em 2026, ainda no mandato atual do presidente Lula. Caberá a essa administração garantir que tudo esteja pronto para a mudança prevista nos tributos federais em 1º de janeiro de 2027.



Essa é a data fixada para extinção do PIS/Cofins e do IOF Seguros, desoneração do IPI para a maioria dos produtos industrializados e o início da cobrança da nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). A dúvida é se haverá tempo e dinheiro para implementação do novo sistema de arrecadação automático, o chamado "split payment", que faz a separação entre o imposto e o dinheiro que vai para o caixa do vendedor. O trabalho já começou, mas não há previsão específica de recursos para esse fim no Orçamento. Do lado do contribuinte, as empresas precisarão de tempo e dinheiro para adaptar seus sistemas –o que inclui o investimento das empresas de pagamento que vão recolher o tributo.

Em relação ao IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que vai substituir o ICMS estadual e o ISS municipal, a questão é mais complexa. Primeiro, é necessário aprovar o segundo projeto de regulamentação da reforma (PLP 108), que trata do Comitê Gestor desse tributo e de sua integração com a CBS federal, em um ano em que a reforma do Imposto de Renda também será discutida. Aguarda-se o envio ao Legislativo de projetos para criar os novos fundos constitucionais destinados a esses entes. O governo federal precisa aportar R\$ 8 bilhões em um deles ainda neste ano, mas não há previsão do recurso na proposta de Orçamento.

Esse imposto começa a ser cobrado em 2027 com alíquota de 0,9%. Caberá aos governadores eleitos em 2026 e aos prefeitos eleitos em 2028 iniciar a transição do ICMS e ISS para o IBS, a partir de 2029. Aqueles que tomarem posse em 2031 ficam responsáveis pelo final dessa mudança, com a extinção do ICMS e ISS em 1º de janeiro de 2033. Espera-se também uma definição sobre o contencioso administrativo e judicial

para os dois novos tributos. O governo vê o prazo de oito anos para implantação do novo sistema não como um risco, mas como algo necessário para adaptação dos fiscos e contribuintes.

Os atuais secretários estaduais de Fazenda trabalham para colocar de pé o Comitê Gestor do IBS, que funcionará de modo pré-operacional em um primeiro momento para antecipar parte do trabalho de legislação e sistemas. Municípios que vivem de repasses e não possuem sistema de emissão de nota fiscal eletrônica precisam se adaptar, pois o documento será obrigatório a partir de 2026. A postergação de qualquer desses prazos colocaria em risco toda a reforma e abriria precedente para que governantes que se opõem às mudanças proponham dar sobrevida ao sistema atual.

JORNAL – O HOJE – 17.02.2025 – PÁG. 10

Os primeiros dias de Hugo Motta no comando

Thiago Borges

Eleito presidente da Câmara dos Deputados para o próximo biênio em 1º de fevereiro deste ano e com o apoio das maiores bancadas da Casa Baixa, o deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB) teve seus primeiros 15 dias de gestão marcados por dialogar com a situação e a oposição a respeito de pautas de interesses dos grupos políticos divergentes. Motta chegou a cadeira mais importante da Câmara com apoio maciço do Centrão - o paraibano foi o candidato apoiado pelo ex-presidente da Casa, o deputado Arthur Lira (PP-AL) - e dos partidos antagônicos que lideram no número de cadeiras na Câmara, o PT e o PL. Durante o período em que articulava o apoio das legendas para sua eleição, Motta evitava tocar nas pautas sensíveis, porém quando assumiu o comando da Casa, a postura do parlamentar mudou, enviando recados claro para a base governista e para a oposição.



A principal pauta para os congressistas ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é o PL da anistia. O projeto de lei visa conceder perdão aos condenados pelos ataques antidemocráticos que ocorreram no dia 8 de janeiro de 2023. Uma semana após assumir o comando da Casa, Motta declarou que havia um certo desequilíbrio nas penas dos condenados do 8 de janeiro. “Não pode penalizar uma senhora que passou na frente, não jogou uma pedra e condenar a 17 anos. Há um certo desequilíbrio nisso. Devemos punir quem quebrou, mas não dá para exagerar nas penalidades para quem não cometeu atos de tanta gravidade”.

Anteriormente à fala, Motta já tinha garantido que o tema “com certeza” seria discutido e que a pauta seria tratada com a “maior imparcialidade possível”. A garantia de Motta rendeu-lhe elogios de Bolsonaro, que afirmou ter “orgulho do jovem Hugo Motta, cabra da peste, que em boa hora assumiu a presidência da nossa Câmara dos Deputados”. Além disso, Motta afirmou que os atos antidemocráticos tratavam-se de “vândalos e baderneiros” inconformados com o resultado da eleição de 2022. “Golpe tem que ter um líder, golpe tem que ter uma pessoa estimulando, tem que ter apoio de outras instituições interessadas, como as Forças Armadas. Não teve isso”, disse o paraibano, acenando para o bolsonarismo.

Nos encontros com Lula, Motta ressaltou que as conversas foram tranquilas e o combinado com o chefe do Executivo é sempre manter o diálogo. O deputado também já tratou de descartar a possibilidade de levar adiante um processo de impeachment contra o petista. "Não está no nosso horizonte movimentos que tragam instabilidade ao país", garantiu o parlamentar na época. Além disso, em conversas com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o paraibano garantiu que irá colaborar com o governo federal nas pautas importantes para a gestão de Lula. Motta já deixou claro em seus indícios que irá seguir a linha de representante do Centrão no comando da Casa Baixa, dialogando com a situação e com a oposição, mas sempre em busca dos interesses do bloco majoritário na Câmara – que atualmente são as emendas parlamentares.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, responsável pelo bloqueio dos repasses das emendas, esteve em embate constante com Lira no mandato do alagoano, que nunca arregou em brigar pelas emendas. Agora o alvo será Motta, que prega a harmonia entre os Poderes e já disse concordar com a maior transparência nos repasses, que é o principal motivo dos questionamentos do judiciário. Porém, o paraibano não irá abrir mão da fatia importante do Orçamento destinado para os deputados e senadores repassarem para os municípios. Resta saber se Motta será mais conciliador ou seguirá os passos de Lira que por vezes desafiou os demais poderes pelo controle absoluto das emendas parlamentares.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 17.02.2025 – PÁG. 02

Denúncia da PGR será apresentada nos próximos dias e deve abalar o bolsonarismo

Renato Souza

A expectativa é de que a Procuradoria-Geral da República apresente, a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pela tentativa de golpe de Estado após a vitória petista em 2022

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pode apresentar nesta semana a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros envolvidos em uma tentativa de golpe de Estado. A perspectiva na cúpula do Ministério Público é de que a peça seja enviada antes do carnaval.

O documento já está pronto e passou pelos últimos detalhes na semana passada. Após a denúncia, o país vai enfrentar uma turbulência política que está apenas começando. A ação penal que será aberta para julgar os envolvidos no caso deve durar vários meses no Supremo Tribunal Federal (STF), em um momento em que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está em declínio de popularidade e que a direita tenta se aproveitar disso para aprovar, no Congresso, um projeto de anistia geral para os extremistas.



Bolsonaro é um dos políticos que clamam por uma anistia a ser colocada em prática pelo Legislativo. Porém, não é possível anistiar pessoas que ainda estão sendo



CLIPPING

DATA
17.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
14 de 24

RESPONSÁVEL
Iris Helena

julgadas, que não receberam condenações, sob risco de interferência no Judiciário e, até mesmo, acusações de tentativa de obstrução de Justiça. No Supremo, uma ala da Corte entende que anistiar crimes contra o Estado Democrático de Direito é inconstitucional, tendo em vista artigos da Carta Magna que punem a tentativa de abolir as instituições democráticas, de atentar contra o governo democraticamente eleito e contra o respeito à soberania popular, exercido por meio do sufrágio universal.

A PGR afirma que militares, integrantes do governo na gestão Bolsonaro e extremistas tentaram colocar em prática um golpe para anular o resultado das eleições e derrubar o governo eleito no pleito de 2022. A Procuradoria diz que Bolsonaro "planejou, atuou e teve domínio de forma direta e efetiva" em uma estratégia golpista para mantê-lo no poder, mesmo após ter perdido a disputa no segundo turno das eleições. Além dele, foram denunciados também o general Braga Netto, Augusto Heleno, que chefiou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira e outras 36 pessoas. A oposição convoca protestos contra o governo Lula para o dia 16 de março.

A alegação é a alta no preço dos alimentos, desvalorização do real frente ao dólar, além de outras medidas, como a taxação de compras internacionais e a acusação de tentativa de monitoramento das transações via Pix — prevista em norma da Receita, revogada após um forte movimento nas redes sociais. No Congresso, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União -AP), são pressionados para pautar ações relacionadas à anistia. Mas a resistência ocorre em razão do choque com o Supremo.

Trâmite

Guilherme Barcelos, doutor em direito constitucional, advogado eleitoralista e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), destaca que o julgamento das denúncias apresentadas pela PGR precisam seguir ritos processuais rigorosos, em que qualquer falha ou atropelo pode resultar em pedidos de anulação do julgamento, além de suspeição dos magistrados. "Há ritos processuais a serem respeitados, sendo que o seu desrespeito poderá ou deverá acarretar nulidades. Como a ação é originária (começa no STF), há previsão, inclusive, regimental, de apresentação de uma defesa prévia", aponta o especialista.

Barcelos explica, com exemplo: "Digamos que a denúncia seja apresentada. Antes da fase do recebimento a defesa será notificada para se manifestar — lembrando que o sujeito só se torna réu se recebida a denúncia. Somente após, a Corte avaliará se receberá ou não. Recebida a denúncia, o réu será citado para apresentar resposta à acusação, apresentando os seus argumentos iniciais e postulando pela produção de provas que entender pertinentes — como oitiva de testemunhas. O juiz avaliará de novo se a ação reúne condições de prosseguir. Se não, haverá absolvição sumária. Se sim, o processo segue", afirma.

Ele destaca que a defesa de Bolsonaro, assim como a dos demais réus, pode ser feita por meio de depoimentos, que serão anexados no processo. "Tratando-se de processo penal há duas defesas a serem observadas. A técnica, realizada pelos advogados do acusado, e a defesa pessoal, realizada pelo próprio acusado. E quando a defesa pessoal poderá ser realizada? Por meio do interrogatório do réu. É ali que o réu falará, caso deseje. O réu pode permanecer em silêncio. Responder a tudo o que lhe for perguntado, seja pela acusação, seja pela defesa e, em sede de complementação, pelo juiz instrutor. E o réu, inclusive, se assim

desejasse, poderia responder apenas às perguntas da defesa. Agora, partindo-se da hipótese de que eventual denúncia seja recebida e que o processo se desenrole a partir daí, não esperem que o ex-presidente venha a falar perante a tribuna do STF. Não. Isso poderá se dar perante uma audiência de instrução apenas, presidida, a rigor, por um juiz instrutor vinculado ao gabinete do ministro relator, por meio do interrogatório, ato final da instrução", completa Guilherme.

O julgamento está previsto para ocorrer na Primeira Turma do Supremo, de acordo com o regimento interno do STF. O colegiado é formado por cinco magistrados. Porém, caso o relator, Alexandre de Moraes, demonstre interesse, o tema pode ser levado ao plenário, onde os 11 ministros poderiam decidir. Nos corredores da Suprema Corte corre que o julgamento deve ser encerrado ainda neste ano, evitando que o tema gere turbulência nas eleições de 2026. A Procuradoria desistiu de apresentar uma denúncia conjunta com outras investigações, como no caso das joias, e vai fatiar as acusações, a fim de dar celeridade para cada caso.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 17.02.2025 – PÁG. 04

Brasileiro é contra mudança na Ficha Limpa

Pesquisa aponta que população rejeita mudança na lei criada para moralizar a política eleitoral no país. Sobre a anistia aos envolvidos nos atos de 8 de Janeiro, os entrevistados se dividem

Victor Correia

Pesquisa AtlasIntel, divulgada ontem, mostra que a grande maioria da população rejeita que haja mudanças na Lei da Ficha Limpa, como defende a oposição no Congresso Nacional. De acordo com o levantamento, 83% rejeitam que haja uma redução no prazo de inelegibilidade, atualmente de oito anos, para políticos que sejam condenados por crime. Apenas 14% apoiam a mudança. Projeto de autoria do deputado federal Bibo Nunes (PL-RS) é uma das prioridades para a oposição neste ano e propõe reduzir o prazo para dois anos — o que beneficiaria o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados.



Por outro lado, a pesquisa mostra também que há divergência sobre a proposta de anistia aos envolvidos nos ataques de 8 de Janeiro, também prioridade entre bolsonaristas. Dos participantes, 51% apoiam a anistia, e 49% a rejeitam, considerado empate técnico, dentro da margem de erro de três pontos percentuais do levantamento. O estudo foi feito para a CNN, e ouviu 817 pessoas entre os dias 11 e 13 de fevereiro, com confiança de 95%.

Segundo a pesquisa AtlasIntel, 58% dos eleitores de Bolsonaro no segundo turno de 2022 são contra as mudanças na Ficha Limpa, enquanto 34% as apoiam. Já entre os eleitores do presidente Luiz Inácio Lula da



CLIPPING

DATA

17.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

16 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Silva, 100% rejeitam a proposta. No caso da anistia, porém, 99% dos que votaram em Bolsonaro a apoiam, contra 96% dos eleitores da Lula que a rejeitam. Aliados de Bolsonaro defendem projetos que possam livrar o ex-presidente das decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que o tornaram inelegível por oito anos. Ele foi condenado por abuso de poder político e econômico e uso indevido dos meios de comunicação por dois episódios: uma reunião com embaixadores estrangeiros convocada para pôr em dúvida as urnas eletrônicas; e a celebração de 7 de setembro de 2022, a poucas semanas das eleições, que ele usou como palanque.

Além disso, há uma estratégia para blindar o ex-presidente das investigações sobre uma tentativa de golpe de Estado que teria sido articulada por Bolsonaro, militares e integrantes de seu governo, com o projeto para anistiar todos os envolvidos no 8 de Janeiro. Entre bolsonaristas, no entanto, a avaliação é de que essa medida não o beneficiaria e que a alteração da Ficha Limpa seria o melhor caminho para proteger Bolsonaro e deixá-lo concorrer novamente em 2026.

"Não é por tempo de ficar inelegível que se pune um político criminoso. Oito anos é muito tempo e serve para punições políticas e não criminosas", escreveu Bibó Nunes sobre o projeto em suas redes sociais. Em outra ocasião, ele destacou que o texto abre caminho para a candidatura de Bolsonaro nas próximas eleições. A proposta teve má repercussão, no entanto, por afrouxar a punição para políticos corruptos, e o PL estuda ajustar o texto. A Lei da Ficha Limpa foi criada em 2010 e é considerada um avanço importante no combate à corrupção. Ela teve apoio do então deputado federal Jair Bolsonaro que, quando presidente, em 2019, também editou um decreto aplicando os mesmos princípios da lei para a ocupação de cargos comissionados no poder público.

A pesquisa AtlasIntel também coletou opiniões sobre outros projetos em discussão no Congresso Nacional. Segundo o estudo, 97% dos brasileiros são contra o aumento no número de deputados federais, encampado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), que quer alterar a quantidade de 513 para 527. A medida evitaria que alguns estados, como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, perdessem vagas após correção determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na divisão de cadeiras por estado, após mudanças no número de habitantes demonstradas pelo Censo 2022.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 17.02.2025 – PÁG. 10

Sensibilidade e ação

O momento desafia: agir ou seguir no cômodo conforto do nada. Normalizar situações e assistir, como mero espectador situações que se pode interferir, deve fazer parte da mudança de perspectiva de vida

Renata Giraldi

Mal começamos o ano e a vida já apresenta desafios. Não são poucos. Às vezes, bem próximos de nós, outros mais distantes. Quando está longe, fica mais fácil fingir que não se vê ou simplesmente que não existe. É a velha máxima que guia muita gente: "Não se envolva"; "Não te mete". Mas tudo ou quase tudo gira em torno de um único tema: sensibilidade. O Brasil, assim como o mundo, caminha para situações em que o olhar das pessoas é colocado à prova sobre agir ou ficar parado. A confortável posição de espectador deve ser revista porque apenas acompanhar os fatos sem se posicionar nem agir está praticamente impossível.



No mundo, duas grandes guerras se apresentam com centenas de vítimas, fora os conflitos isolados em países que pouco têm a atenção da imprensa. Ao olhar para o Oriente Médio, lá estão israelenses e palestinos, povos primos e que divergem historicamente, enquanto russos e ucranianos, irmãos no passado, seguem para três anos ininterruptos de total falta de paz.

Apenas os insensíveis conseguem acompanhar essas situações sem imaginar as famílias destruídas, as casas demolidas, a ausência absoluta de perspectivas para crianças e jovens que estão começando a vida. Nos altos escalões, líderes discutem "soluções" em que a arrogância e a pretensão se sobrepõem ao que realmente interessa. Assim, mais uma vez, prioridades, como comida, saúde, educação e segurança, são deixadas de lado. Guerras, confrontos armados, não podem ser regra numa vida. Inacreditável imaginar que há quem diga que determinados povos "se acostumaram" a viver assim. Não. Ninguém se acostuma. Não há mãe nem pai que queira que seu filho ou sua filha lute numa guerra. Aceita, porque as circunstâncias obrigam, mas querer? Impossível.

No nosso Brasilão, as exceções são celebradas com destaque e manchete. É o trabalhador rural que, depois de anos, consegue ser aprovado para medicina numa universidade renomada. O idoso, que, aposentado, finalmente faz a faculdade dos sonhos. A mulher em situação de rua que reconstruiu a vida. Como assim? Todos deveriam ter as mesmas chances e possibilidades. Sensibilidade para compreender que pessoas são submetidas a determinadas circunstâncias não porque querem, mas por não terem outra opção. Sensibilidade para contribuir e fazer que mude esse cenário. É importante olhar para si e pensar: o que eu, humildemente, no meu lugar aqui, posso fazer? Seguir no "nada" ou levantar e colocar a mão na massa? Há mais de meio

século, Hannah Arendt alertou sobre o risco da banalidade do mal, da normalização e das ameaças que estão à nossa frente, mas, por conveniência ou puro comodismo, nossa compreensão entende em um outro ângulo. O desconforto de ouvir opiniões diferentes e dos cutucões da vida são fundamentais para nos mostrar: a sensibilidade é que nos guia e nos diferencia num planeta cada vez mais hostil.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 17.02.2025– PÁG. E1

Movimento de auditores deve elevar estoque bilionário de processos do Carf

Sindicato dos fiscais estima que deixarão de ser julgados R\$ 145 bilhões

Guilherme Pimenta

Integrantes do Ministério da Fazenda avaliam que os impactos da greve da Receita Federal no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) são, por ora, reduzidos, mas admitem que o estoque do órgão, que caiu no último ano com a aceleração dos julgamentos represados, deve voltar a subir. O impacto ainda é considerado limitado porque os conselheiros representantes da Fazenda Nacional, que aderiram ao



movimento paredista, continuam participando dos julgamentos no Carf, mas não estão pautando processos em que são relatores, principalmente os casos de maior valor.

Assim, quando um conselheiro dos contribuintes é relator de um processo, o caso continua indo a julgamento. Ao final de 2024, o Carf fechou o ano com um estoque de R\$ 990 bilhões, com 72 mil processos a serem julgados - no início da gestão do ministro Fernando Haddad na Fazenda, o estoque do Carf chegou a R\$ 1,1 trilhão. Além disso, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não pretende, neste momento, solicitar a retirada de processos de pauta até que a situação seja completamente resolvida. No passado, o órgão jurídico da Fazenda adotou essa estratégia, o que elevou ainda mais o estoque de julgamento.

O Sindifisco Nacional, sindicato que representa os auditores fiscais, estima que, em janeiro, deixaram de ser pautados no Carf processos que, juntos, somaram R\$ 51 bilhões. Para este mês, há uma expectativa de que os conselheiros representantes da Fazenda Nacional deixem de julgar quase R\$ 94 bilhões.

Eles alegam que houve descumprimento, pelo governo federal, de um acordo firmado com a categoria junto ao Ministério da Gestão e da Inovação (MGI). Segundo a entidade, há uma defasagem salarial de cerca de 28% desde o último acordo firmado entre o governo e a categoria, que ocorreu em 2019.

Em entrevista ao Valor, o presidente nacional do Sindifisco, Dão Real, disse que está otimista por uma solução rápida para o cumprimento do acordo, mas destacou que o movimento pode ser ampliado caso o governo Lula não dê as respostas desejadas pelos auditores fiscais. “Temos confiança de que esse problema



CLIPPING

DATA

17.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

será solucionado rapidamente, pois os efeitos da greve são dramáticos”, defendeu o presidente da entidade. Segundo ele, apesar de o principal descumprimento ter sido em relação à defasagem salarial, outros pleitos da categoria não foram atendidos, como a reestruturação da carreira e a diferença salarial entre servidores ativos e aposentados.

No orçamento deste ano, ainda pendente de votação no Congresso Nacional, a equipe econômica estima uma arrecadação de R\$ 28,8 bilhões com o Carf. Esse número, no entanto, deve ser reduzido já no primeiro relatório bimestral de despesas e receitas de março, conforme integrantes da Receita Federal já anunciaram publicamente, diante do fracasso com a arrecadação a partir de julgamentos no órgão no último ano.

Temos confiança de que esse problema será solucionado rapidamente” — Dão Real

Dados da Receita Federal no fim de janeiro mostraram que o governo arrecadou somente 0,5% do previsto com o Carf no ano passado. Foram arrecadados R\$ 307 milhões, ante uma previsão que chegou a ser inflada a R\$ 55,6 bilhões com o restabelecimento do voto de qualidade pró-Fazenda no órgão recursal ainda em 2023. Ainda que a Fazenda conte cada vez menos com os recursos oriundos do Carf para alcançar as metas de resultado primário, há uma preocupação com possíveis impactos futuros da greve, já que um aumento do estoque pode desorganizar o funcionamento do órgão e gerar ainda menos recursos aos cofres do Tesouro Nacional.

Do ponto de vista da arrecadação, a Fazenda teme mais os impactos da greve em outras atribuições de arrecadação conduzidas pela Receita Federal. Além disso, outro forte ponto de preocupação são os impactos nas atividades de comércio exterior desempenhadas pelo Fisco. Por outro lado, membros da pasta se resguardam em uma decisão de 2023 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que aplicou multa de R\$ 1,35 milhão ao Sindifisco por descumprimento de uma ordem que determinou a manutenção do número de auditores necessários para o funcionamento do Carf. Na avaliação de Caio Quintella, sócio de Nader Quintella Advogados, ex-conselheiro da Câmara Superior do órgão, “ainda que estejamos diante de um funcionamento parcial do Carf, impactando metade dos julgamentos, isso é fruto de decisão do Sindicato, que poderia intensificar o movimento”.

Ele alega que o movimento grevista “é uma questão exclusiva de descumprimento daquilo antes prometido expressamente pela Fazenda para cessar paralisação anterior”. Procurado pelo Valor, o Ministério da Fazenda informou que não comentaria o movimento paredista e os impactos no Carf.

STF analisa inclusão de tributos no cálculo do ISS

Ação defende a inconstitucionalidade da entrada do próprio ISS e do PIS e da Cofins na base do tributo municipal

Luiza Calegari

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a analisar, em Plenário Virtual, um recurso que questiona a inclusão de tributos no cálculo do ISS - uma das discussões que surgiram com a chamada “tese do século”. A ação defende a inconstitucionalidade da entrada do próprio ISS e do PIS e da Cofins na base do tributo municipal. O processo em julgamento partiu de uma incorporadora imobiliária, que questiona o artigo 14 da Lei nº 1 3.701/03, do município de São Paulo. O dispositivo fixa que a base de cálculo do ISS “é o preço do serviço, como tal considerada a receita bruta a ele correspondente”.

O problema, segundo o contribuinte, é que essa definição afronta o que dispõe a Lei Complementar nº 116, que fixa simplesmente que “a base de cálculo do imposto é o preço do serviço”, sem fazer ressalvas ou equiparações. A defesa da empresa, a cargo de Daniel Ávila Vieira, sócio do Locatelli Advogados, argumenta que o conceito do preço de serviço é o “valor cobrado pelos trabalhos prestados, como contraprestação pela obrigação de fazer”, o que não inclui os tributos incidentes sobre essa operação.

Para o advogado, a inclusão dos impostos na base de cálculo do ISS ofende o artigo 146, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal, que determina que a “definição de tributos e de suas espécies” só pode ser feita por meio de lei complementar.

A inclusão dos tributos federais na base de cálculo do imposto municipal, de acordo com o tributarista, ofende o que o Supremo decidiu na chamada “tese do século” (RE 574706), que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, em 2017. Desde esse julgamento, acrescenta, o Supremo vem adotando entendimentos diferentes para outros tributos e contribuições, como quando definiu que o ICMS compõe a base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). “Existem essas divergências que acabam confundindo o contribuinte, que fica sem ter uma linha clara sobre o que é o preço do serviço, a receita bruta ou o faturamento”, afirma o tributarista. Em novembro de 2024, o ministro Gilmar Mendes, relator do caso, tinha negado seguimento ao pedido, em decisão monocrática. Ele destacou que a decisão questionada, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), entendeu que o conceito de “preço de serviço” equivale, sim, ao de “receita bruta”, conforme expresso na lei municipal. O ministro afirmou que essa decisão está em consonância com a jurisprudência do Supremo.

Agora que o caso foi levado à 2ª Turma, o relator também lembrou que o tema já foi tratado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 190. Naquele caso, foi declarada a inconstitucionalidade de lei municipal que excluía valores da base de cálculo do ISS fora das hipóteses previstas em lei complementar. Gilmar Mendes aponta, ainda, em seu voto, que o Supremo não pode analisar se o dispositivo da lei municipal fere a lei complementar nacional a respeito da exclusão de valores da base de





CLIPPING

DATA
17.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
21 de 24

RESPONSÁVEL
Iris Helena

cálculo do ISS, por conta da Súmula 280 da Corte. Ela impede a análise sobre ofensa ao direito local por meio de recurso extraordinário (ARE 1522508).

Segundo Daniel Ávila Vieira, no entanto, a ADPF 190 tratou do ISS em um contexto de guerra fiscal, tentando evitar que municípios reduzissem artificialmente a base de cálculo. O que se questiona, agora, é uma espécie de inflação da base, e a aplicação do mesmo entendimento da “tese do século”. Alessandro Batista, tributarista e sócio do escritório ABN Advogados, destaca que o caso da ADPF também era diferente, uma vez que pretendia excluir o ISS da base de cálculo de outros tributos. Segundo ele, o questionamento do contribuinte encontra amparo na regra constitucional que veda a bitributação. “Em nome do equilíbrio jurisprudencial do respeito à coisa julgada e também respeito ao bom senso e moralidade institucional do STF, a decisão desse julgamento deve ser idêntica àquela proferida no RE 574.706 [tese do século]”, defende o advogado.

Mariana Ferreira, coordenadora tributária do Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados, também acredita que o Supremo deveria prover o recurso para excluir ISS, PIS e Cofins da base de cálculo do imposto municipal, “sob pena de afronta ao conceito constitucional de faturamento”. Ela lembra que o Supremo também julga a inclusão dos mesmos tributos, mas na situação inversa, em um julgamento com repercussão geral. No Tema 118, o contribuinte pede a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

O impacto desse julgamento foi estimado pela União em R\$ 35 bilhões, segundo anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o ano de 2025. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ainda indica que existem 72 discussões derivadas da “tese do século” no STF, as chamadas “teses filhotes”. Nos julgamentos já realizados, o placar tem sido favorável à União, mas há esperanças, segundo tributaristas, de que o pêndulo se movimente a favor do contribuinte em outros casos.

Supremo julga adicional do ICMS

Por ora, foi proferido apenas o voto do relator, ministro Dias Toffoli, parcialmente favorável ao contribuinte

Arthur Rosa

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar na sexta-feira, no Plenário Virtual, a possibilidade de instituição de adicional de ICMS sobre serviços essenciais - como o de telecomunicações - para custeio de



fundo de combate e erradicação da pobreza. Por ora, foi proferido apenas o voto do relator, ministro Dias Toffoli, parcialmente favorável ao contribuinte. O julgamento se estenderia até sexta-feira. Porém, o ministro Flávio Dino, ainda no início da sessão virtual, pediu vista. A questão está sendo analisada por meio de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) movida pela Associação das Operadoras de Celulares (Acel) e Associação Brasileira de Concessionária de Serviços Telefônico Fixo Comutado (Abrafix).

As entidades questionam a Lei nº 7.611/2004, e o artigo 2º, VII, do Decreto nº 25.618/2004, do Estado da Paraíba, que tratam do adicional de 2% de ICMS sobre serviços de telecomunicação para custeio do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza da Paraíba (Funcap/PB). Em seu voto, o relator seguiu o parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR). Para Toffoli, o adicional só pode ser considerado inconstitucional a partir de 2022, com a edição da Lei Complementar nº 194, que classifica como essenciais bens e serviços relacionados a combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo e impede a aplicação de alíquotas em patamar superior ao das operações em geral.

“Em resumo, embora o artigo 2º, inciso I, alínea g, da Lei nº 7.611/04 do Estado da Paraíba seja constitucional, sua eficácia foi suspensa com a superveniência da LC nº 194/22”, afirma o ministro em seu voto (ADI 7716). Ele lembra que até a edição da lei complementar prevalecia a Emenda Constitucional (EC) 42/2003, que validou os adicionais criados pelos Estados e pelo Distrito Federal. E que, em outros julgamentos, os ministros chancelaram leis estaduais sobre o assunto com base na norma.

Porém, os contribuintes defendem que a lei complementar e um julgamento um ano antes de sua edição, do próprio STF, mudaram a situação. O Supremo reconheceu, em repercussão geral, a essencialidade das operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação. Embora nem o julgamento nem a lei complementar tratem expressamente dos adicionais, os contribuintes entendem que a cobrança sobre esses serviços seria inconstitucional, já que só poderia recair sobre produtos e serviços supérfluos. É o que defende a PGR no parecer.

Para o advogado Sandro Reis, sócio do escritório Bichara Advogados, o voto do ministro Dias Toffoli “não deixa de ser positivo para o contribuinte”. Ele lembra que, mesmo com a edição da lei complementar, diversos Estados seguem cobrando o adicional sobre combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. A cobrança, acrescenta, vem sendo questionada, havendo julgados favoráveis à tese em alguns Tribunais de Justiça. “O julgamento do STF pode gerar agora, se os demais ministros seguirem o voto de Toffoli, um importante precedente contra leis semelhantes de outros Estados.”

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 17.02.2025 – PÁG. E2

A proteção jurídica dos credores fiduciários

Não pode ser aceito que esse setor sofra ainda mais esse ônus causado por decisões judiciais que desconsiderem a natureza profícua de sua atividade comercial

Rafael Estephan Maluf / Arnaldo Lares Campagnani e Chiara T. R. Lamenha de Siqueira

O processo penal contemporâneo é cada vez mais voltado à constrição patrimonial. Nesse contexto, as medidas assecuratórias patrimoniais atingiram um protagonismo antes inimaginável no marco regulatório do direito penal tradicional, sendo um dos principais mecanismos dos órgãos de persecução penal no combate à criminalidade econômica. Contudo, as medidas assecuratórias patrimoniais





CLIPPING

DATA

17.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

23 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

trazem consigo o risco de atingir indivíduos e pessoas jurídicas alheios à persecução penal, comprometendo a natureza de sua própria atividade econômica.

Isso ocorre, por exemplo, com construtoras e incorporadoras, na condição de credoras fiduciárias. Pois é corriqueiro que investigados (facilitando a leitura, leia-se investigado também como os réus e condenados definitivamente) tenham constrictos os seus direitos sobre imóveis adquiridos em alienação fiduciária. Contudo, à época da celebração do negócio imobiliário, inexistia qualquer persecução penal em andamento em face do comprador da unidade imobiliária.

Em tais casos contrapõe-se, de um lado, o suposto direito estatal sobre os direitos dos imóveis adquiridos pelo investigado e, de outro, o direito do credor fiduciário sobre a dívida garantida pelo imóvel. Nessa encruzilhada de indivíduos e direitos concorrendo sobre um mesmo bem, frequentemente ocorre a exigência do Estado que, para o levantamento da constrição, haja a devolução dos recursos pagos pelo investigado sobre o direito do imóvel. Do outro lado, a construtora/incorporadora aplica cláusulas contratuais, com a incidência de multa e penalidades, despesas decorrentes da manutenção do imóvel que, em muitos casos, ultrapassam até mesmo o valor já pago pelo devedor fiduciário, inexistindo quantia a ser devolvida ao Estado, frente à equação de créditos/débitos.

Fica então a questão: os direitos das construtoras/incorporadoras previstos contratualmente se sobrepõem à exigência estatal de devolução integral dos recursos pagos pelo investigado? De igual forma, como o credor fiduciário pode se proteger quando medidas assecuratórias patrimoniais recaem sobre os bens alienados fiduciariamente? A jurisprudência, em geral, tem aceitado o levantamento da constrição do bem em benefício do credor fiduciário, mediante o depósito em juízo dos valores já pagos pelo investigado. Porém, como já ressaltado, não é incomum que, após a decretação das medidas assecuratórias patrimoniais, os investigados deixem de pagar as parcelas do financiamento do imóvel e de arcar com os ônus decorrentes da posse do imóvel, como despesas condominiais e de IPTU. Nessas ocasiões, o credor fiduciário acaba arcando com tais despesas, sob pena de serem executadas judicialmente, tendo em vista ainda ser o proprietário do bem.

Além disso, não se pode perder de vista que multas e encargos contratuais, decorrentes de atrasos no pagamento das parcelas e da rescisão do contrato por inadimplemento, são juridicamente válidas e é direito do credor recebê-las, em razão do ônus por ele suportado do não cumprimento contratual. Assim, podem e devem ter seu valor deduzido do saldo já quitado pelo investigado. Portanto, os valores de eventuais penalidades contratuais, ônus e encargos pagos pelo credor fiduciário e outras cobranças devem ser descontados do montante já pago pelo investigado, sendo o restante do valor, caso exista, depositado em juízo para liberação do bem constricto. Isso porque, se por um lado é vedado o enriquecimento ilícito, sendo necessário o depósito judicial dos valores já pagos pelo investigado ao credor fiduciário, por outro lado as penalidades e indenizações pela resolução contratual permanecem plenamente válidas mesmo com a decretação de medidas assecuratórias.

Trata-se de um ponto importantíssimo e muitas vezes negligenciado pelo Poder Judiciário. Cabe ao credor fiduciário juntar ao processo um memorial de cálculo com todos os valores pagos pelo investigado e todos os valores devidos, corrigidos e atualizados, inclusive aqueles decorrentes de encargos e ônus oriundos da posse do imóvel eventualmente saldados pelo credor fiduciário, objetivando consolidar um crédito ou débito remanescente. De igual forma, não raras as vezes, a autoridade judiciária questiona se o credor fiduciário

tomou as cautelas de compliance necessárias para a verificação do lastro financeiro daquele comprador, que no momento da celebração do negócio imobiliário, não suportava qualquer investigação policial ou ação penal. A obtenção de certidões de execução criminal, de distribuição criminal e a verificação minuciosa da capacidade financeira do interessado no imóvel, independentemente do risco de crédito, já devem bastar para comprovação da boa-fé e lisura por parte da construtora/incorporadora no negócio imobiliário celebrado.

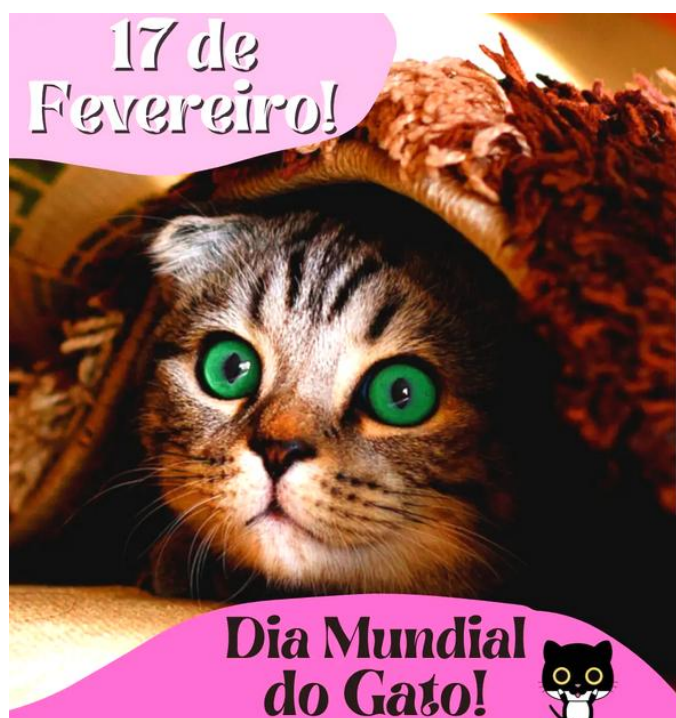
Nesse contexto, não obstante as construtoras serem um dos setores da economia que mais geram empregos diretos e indiretos no Brasil, a sua atividade enfrenta diversas dificuldades operacionais, tais como aumento de taxas de juros que dificultam o crédito imobiliário, risco de crédito, ausência de mão de obra qualificada, volatilidade dos preços dos insumos, entre outros, razão pela qual não pode ser aceito que esse setor sofra ainda mais esse ônus causado por decisões judiciais que desconsiderem a natureza profícua de sua atividade comercial.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 17 de fevereiro – Dia Mundial do Gato

Os gatos são, sem dúvida, um dos animais de estimação mais amados e populares do mundo. E, para que possamos celebrar e reconhecer sua importância, existe uma data especial dedicada a eles: o Dia Mundial do Gato, que ocorre todo ano em 17 de fevereiro.

Mas afinal, você sabe por que essa data foi escolhida?



A verdade é que existem diversas datas para celebrar os felinos ao longo do ano. Essa, em específico, foi instituída na década de 30, durante o Congresso Internacional de Proteção Animal na Itália. Diferentes ONGs, ao redor do mundo, se juntaram e estabeleceram a marca de 17 de fevereiro.

Esse dia, portanto, tem como foco a proteção do pet, além de incentivar debates e políticas contra o abandono animal. O Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo aponta que existem cerca de 10 milhões de gatos que vivem em situação de abandono no Brasil — mostrando o quão urgente essa questão é para o nosso país.

Por isso, se você tem um felino em casa, é o momento ideal para enchê-lo de amor e agradecer por ter um pet tão querido na sua família. Para te ajudar a encontrar formas de celebrar o Dia Mundial do Gato e tornar a data ainda mais especial, separamos algumas ideias estratégicas. Continue lendo para saber mais!